



---

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

---

Autos nº 0000301-88.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de Mondai

### ATIVIDADE CORREICIONAL

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 8/2016-CGJ

Período da correição: 4-4-2016 a 6-6-2016

### EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Assessora Correicional: Veruska Maluf



## INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## **DADOS DA UNIDADE**

Comarca: Mondaí.

Unidade: Vara Única.

Municípios integrantes: Iporã do Oeste, Riqueza e Mondaí.

Juiz titular: Rafael Salvan Fernandes.

Chefe de cartório: Eder Galvan.

Última correição por equipe da CGJ/SC: 26-8-2013 a 25-10-2013. Autos n. 0012370-60.2013.8.24.0600.

Entrância: Inicial.



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	6.399
1.1.2	Processos em andamento	5.999
1.1.3	Procedimentos em andamento	400
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 312 referem-se a processos de Execução Fiscal, 1.182 referem-se a processos do Juizado Especial Cível e 272 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.		

### 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.898
1.2.2	Processos em andamento	3.516
1.2.3	Procedimentos em andamento	382
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

### 1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	1.823	1.030	2.853
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 18-7-2016.				

### 1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	3.553	296,08
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	2.760	230,00
1.4.3	Janeiro a junho de 2016	1.374	229,00
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



### 1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		691
Cível – Genérico – Processo			
1.5.1.1	Ag. Prazo	5	
1.5.1.2	BacenJud – Bloquear Valor	1	
1.5.1.3	BacenJud – Concluso Decisão	5	
1.5.1.4	Concluso – Recurso	1	
1.5.1.5	Concluso para Despacho	157	
1.5.1.6	Concluso para Despacho Inicial	3	
1.5.1.7	Concluso para Despacho Saneador	76	
1.5.1.8	Concluso para Julgamento Antecipado	8	
1.5.1.9	Concluso para Sentença	86	
1.5.1.10	Concluso 1	2	
1.5.1.11	Concluso 4	5	
1.5.1.12	Cumprir Hasta Pública	2	
1.5.1.13	Escrivão	1	
Criminal – Genérico – Processo			
1.5.1.14	Ag. Prazo	20	
1.5.1.15	Concluso para Sentença	29	
1.5.1.16	Escrivão	17	
Execução Fiscal – Processos			
1.5.1.17	Concluso para Despacho	33	
Execução Penal – Processo			
1.5.1.18	Ag. Prazo	1	
1.5.1.19	Ag. Prazo – Benefício	7	
1.5.1.20	Ag. Prisão	1	
Família – Processo			
1.5.1.21	Recebido do Oficialato da Infância e Juventude	3	
Juizado Especial Cível – Processo			
1.5.1.22	Ag. Encerramento do Ato	16	
1.5.1.23	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	2	
1.5.1.24	BacenJud – Bloquear Valor	2	
1.5.1.25	BacenJud – Concluso Decisão	13	
1.5.1.26	Concluso para Despacho	31	
1.5.1.27	Concluso para Sentença	135	
1.5.1.28	Cumprir Hasta Pública	1	
Juizado Especial Criminal – Processo			
1.5.1.29	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	3	
1.5.1.30	Concluso para Sentença	18	
1.5.1.31	Remetidos à Delegacia de Polícia	7	



1.5.1.32	Observações
	<p>a) Informações obtidas em 18-7-2016.</p> <p>b) Na data de 20-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 36 processos na fila. O mais antigo data de 24-5-2016.</p> <p>b.2) Ag. Análise – Recursos: existem 7 processos na fila. O mais antigo data de 27-6-2016.</p> <p>b.3) Cumprir urgente: existem 31 processos na fila. O mais antigo data de 27-5-2016.</p> <p>b.4) Recebido do Juiz.</p> <p>Recebido do Juiz – Despacho: existem 66 processos na fila. O mais antigo data de 22-3-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Decisão: existem 15 processos na fila. O mais antigo data de 18-5-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Sentença: existem 19 processos na fila. O mais antigo data de 7-6-2016.</p> <p>b.5) Escrivão: existem 20 processos na fila. O mais antigo data de 6-6-2016.</p> <p>b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência, respectivamente, de 15 e 0 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.</p> <p>b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. [REDACTED], n. [REDACTED], n. [REDACTED], n. 0900008-18.2016.8.24.0043 e n. [REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento, e apenas nos processos de ns. [REDACTED] e 0900008-18.2016.8.24.0043, não há certidão do art. 327 CNCGJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. 0300221-37.2015.8.24.0043, n. 0300221-73.2016.8.24.0043, n. [REDACTED], n. 0000401-36.2014.8.24.0043 e n. 0301234-78.2014.8.24.0043), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão do feito.</p> <p>Fila Petição intermediária</p> <p>b.9) Ag. Análise – Juntada Automática: existem 8 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 13-7-2016.</p> <p>b.10) Ag. Análise – Petições Diversas: existem 29 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 20-1-2015.</p>



## 1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

### MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	1.018	610
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		14,80%	8,87%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência fevereiro de 2016 (fls. 13-15). b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fls. 76-77). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		



	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	11	10
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		113	65
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		119	1
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		136	60
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		4	6
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		3	3
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 31-3-2016, 1º-4-2016 e 4-4-2016 (fls. 16-25). a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria ( <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a> ). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 18 e 20-7-2016 (fls. 79-84). b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de maio de 2016 extraídos do site desta Corregedoria ( <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a> ). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		





### PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 29-2-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		230	109
	Peticionamento eletrônico		79	12
	Mandados		8	1
	AR		9	1
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 31-3-2016 (fl. 27).				
b) Segunda verificação em 18-7-2016 (fl. 85).				

### MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	71	70
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 31-3-2016 (fls. 28-29).				
b) Segunda verificação em 18-7-2016 (fls. 86-87).				

### PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores				
1.6.11.1	Distribuição	16	0	10	0
1.6.11.2	Contadoria	59	0	48	0
1.6.11.3	Ministério Público	64	2	116	0
1.6.11.4	Oficialato da Infância e Juventude	1	0	0	0
1.6.11.5	Serviço Social	4	0	3	0
1.6.11.6	Petição Inicial – Ag. Digitalização	0	0	2	0
1.6.11.7	Observações				
a) Primeira verificação em 31-3-2016 (fl. 30).					
b) Segunda verificação em 18-7-2016 (fl. 88).					



**PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA**

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	1.685		1.440	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz (Rafael Salvan Fernandes – titular)	1.197	417	1.030	453
1.6.12.2	Juíza (Andrea Regina Calicchio)	10	10	4	4
1.6.12.3	Juiz (Daniel Radunz)	10	10	3	3
1.6.12.4	Juiz (Marcus Vinicius Von Bittencourt)	27	27	5	5
1.6.12.5	Juiz (Rodrigo Pereira Antunes)	48	48	16	16
1.6.12.6	Juíza (Marisete Aparecida Turatto Pagnussatt)	0	0	79	62
1.6.12.7	Contadoria	1	0	42	0
1.6.12.8	Distribuição	10	2	12	0
1.6.12.9	Ministério Público	3	0	12	1
1.6.12.10	Serviço Social	1	0	0	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.11	Advogado	242	90	196	18
1.6.12.12	Leiloeiro	25	0	0	0
1.6.12.13	Delegacia de Polícia	3	3	0	0
1.6.12.14	Procuradorias	108	0	40	0
1.6.12.15	Perito	0	0	1	0
1.6.12.16	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência janeiro de 2016 (fl. 31).				
	b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fl. 89).				
	c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	27	4	18	1
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	25	11	103	16
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	15	4	22	2
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	51	17	41	10
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	0	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	48	33	83	27
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	156	13	188	10
1.6.13.8	Cartório – arquivar	6	1	1	0
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	38	6	34	5
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	270	81	154	68
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	33	29	3	0
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	21	0	37	0
1.6.13.14	Cartório – prazo 1 a 31	63	34	63	23
1.6.13.15	Cartório – mesa do escrivão	19	3	6	4
1.6.13.16	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	38	0	11	1
1.6.13.17	Cartório – mesa 01 a 10	0	0	0	0
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.18	Cartório – cumprir despacho	142	76	147	14
1.6.13.19	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.13.20	Cartório – expedir alvará	8	1	26	2
1.6.13.21	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.22	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.26	Cartório – aguardando juntada	48	7	56	5
1.6.13.27	Cartório – aguardando petição	9	4	11	1
1.6.13.28	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.13.29	Observações				
	a) Primeira verificação em 31-3-2016 (fls. 32-38). b) Segunda verificação em 18-7-2016 (fls. 90-94). c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



## 1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	519	29
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		168	151
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		181	85
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		4	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		8	2
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	231	96
1.7.8	Observações			
a) Primeira verificação em 31-3-2016 (fls. 39-50).				
b) Segunda verificação em 18-7-2016 (fls. 95-103).				

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	6	7
		Definitivo	13	16	
1.7.9.1	Réu preso - total		19	23	
1.7.9.2	Observações				
a) Primeira verificação em 31-3-2016 (fls. 51-52).					
b) Segunda verificação em 18-7-2016 (fls. 104-105).					



[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
1.7.13	Observações		
	a) Primeira verificação em 31-3-2016 (fls. 53-55).		
	b) Segunda verificação em 18-7-2016 (fls. 106-108).		
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]



## 1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Corretamente alimentado	Corretamente Alimentado
1.8.5	Observações	<p>a) Primeira verificação em 1-4-2016.</p> <p>a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 622 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”, vinculados a processos em andamento (Em grau de recurso; Não altera a situação; Suspensão; Em andamento). No SNBA há 455 bens cadastrados com a situação “a definir” (fls. 53 e 58).</p> <p>a.2) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): todos os meses estão alimentados.</p> <p>a.3) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimento penal registrado.</p> <p>a.4) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 20-7-2016.</p> <p>b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 554 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 559 estão com a situação “a definir” (fls. 106 e 109). Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos n. 0003142-83.2013.8.24.0043, n. 0001015-07.2015.8.24.0043, n. 0001246-68.2014.8.24.0043, n. 0000492-92.2015.8.24.0043 e n. 0000105-14.2014.8.24.0043, verificou-se que todos foram cadastrados no SNBA.</p>		



b.2) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): todos os meses então alimentados.  
b.3) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimento penal registrado.  
b.4) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



### 1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.9.1.1	Observações			
	a) Primeira verificação em 1-4-2016. a.1) Existe um programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema (Terra Nova – Soc. Benef. Do Vale do Pirapocú), que está corretamente alimentado (fls. 60-61). b) Segunda verificação em 20-7-2016. b.1) Existe um programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema (Terra Nova – Soc. Benef. Do Vale do Pirapocú), que está corretamente alimentado (fl. 110).			





## CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 2 de agosto de 2016.

Geraldo Della Giustina  
Assessor Técnico Correicional – Mat. 3.059

Veruska Maluf  
Assessora Correicional – Mat. 17.068